

Para onde vão as Empresas Recuperadas?

Henrique T. Novaes

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

hetanov@yahoo.com.br

Maurício Sardá

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-MTE)

mausarda@yahoo.com.br

Resumo: O artigo analisa o surgimento das empresas recuperadas dentro de uma perspectiva histórica, mostrando as contradições surgidas ao longo do processo de retomada da produção pelos trabalhadores, os limites e as possibilidades de florescimento da autogestão num contexto defensivo. Inicia-se com um breve retrospecto histórico sobre o tema da autonomia operária para, em seguida, situar descritivamente as empresas recuperadas, principalmente no Brasil e Argentina. O estudo tem como foco a análise das formas variadas de controle dos trabalhadores sobre os instrumentos de trabalho, e a oportunidade que se apresenta para a autonomização das práticas coletivas de organização da classe trabalhadora.

Palavras-chave: história da autogestão; empresas recuperadas; lutas da classe trabalhadora; Brasil, Argentina.

Introdução

Este estudo resulta de uma reflexão sobre o fenômeno das empresas recuperadas, da autogestão e das lutas sociais no capitalismo contemporâneo. O pano de fundo é formado pelas centenas de experiências de autogestão de fábricas que viveram processo falimentar a partir da década de 80 em diante, estabilizando-se quantitativamente no início dos anos 2000. A análise percorre, fundamentalmente, as formas variadas de controle dos trabalhadores sobre os meios de produção e as condições de trabalho, procurando destacar as contradições, limites e possibilidades que tais situações abrem para o desenvolvimento de práticas e relações sociais autônomas de organização da classe trabalhadora.

Na primeira seção, procura-se compreender as empresas recuperadas numa perspectiva histórica, identificando no campo das lutas sociais nas empresas em crise os problemas que envolvem a autogestão das unidades produtivas. A seção seguinte explora os avanços e os significados das empresas recuperadas no Brasil e na Argentina, formadas no calor da luta dos trabalhadores contra o desemprego, destacando os elementos que sinalizam para uma forma superior de produção, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, no trabalho

coletivo e associado, que reunificaria o *homo faber* ao *homo sapiens*, a possibilidade de se realizar um trabalho prazeroso, com sentido social.

Para além das experiências de recuperação autogestionária das fábricas, o campo da autogestão dos trabalhadores envolve atualmente os desafios e o destino dos experimentos no campo da Economia Solidária. A partir do posicionamento do fenômeno das Empresas Recuperadas no âmbito das iniciativas diversas levadas a diante no campo da economia solidária, sugere-se que a transformação das condições de trabalho e do processo de produção da vida material e social implica na efetivação de outras formas de organização social e política das empresas recuperadas, como projeto de superação da alienação e caminho para a emancipação dos trabalhadores.

Um breve histórico das lutas sociais pela autonomia

As iniciativas autogestionárias de luta e de produção dos meios de vida é um claro espectro cujo rastro histórico pode ser percebido desde há pelo menos dois séculos. Neste percurso, assume formas variadas de organização e cria instituições novas, consoante às condições materiais e sociais da ocasião. Seja em cenários de guerra ou de irrupções revolucionárias, seja em períodos de ascensão do capitalismo transnacional (durante os Trinta Gloriosos) ou nas crises econômicas e estruturais do capitalismo, são recorrentes estas formas de luta que enveredam pelo desenvolvimento de práticas e relações sociais novas, coletivistas e igualitaristas. Cada momento de ascensão do ciclo das lutas sociais provoca na trajetória da autogestão um movimento espasmódico e em espiral ascendente, o que nos permite perceber (e apostar) que essa trajetória traz dentro de si a possibilidade de superação das relações sociais e do modo de produção capitalistas.

As experiências autogestionárias são tão diversas quanto à temporalidade e intensidade quanto aos espaços geográficos, sendo perceptíveis um pouco por todo o lado no sistema mundo. Nossa retrospectiva, que procura resgatar a cultura produtiva e autogestionária dos envolvidos diretamente nas experiências e a elaboração conceitual que realizam das suas práticas, ressalta como marco inicial a revolta de 1839-42 dos tecelões de Lion, na época uma importante cidade industrial francesa.

Nesse primeiro esboço contemporâneo da autogestão como forma de luta dos trabalhadores, os mestres tecelões da seda, cansados das baixas tarifas, declararam que “valia mais morrer de uma bala do que de fome” e tomaram a cidade por várias semanas, cunhando a divisa “viver trabalhando ou morrer combatendo.” Os *canuts*, como eram conhecidos, foram

precursores da insígnia do “direito ao trabalho”, cunhada na vaga revolucionária de 1848. (RUDE, 1982; MOISSONNIER, 1988; DEMOUSTIER, 2006).

Durante aquela década, e para além das reivindicações objetivas que aglutinaram os trabalhadores em torno da luta direta, o que esteve em questão foi a inserção dos operários nas unidades de produção do nascente capitalismo industrial francês. O que os trabalhadores reivindicavam através do Direito ao Trabalho era, fundamentalmente, o direito de participar na organização dos processos de produção da vida material e social, a começar pelo direito de organizar seu próprio trabalho, e fazê-lo distintamente ao que apregoava a ideologia industrial-burguesa (MEISTER, 1972).

Nesse período, e durante todo o Século XIX, as associações e as cooperativas figuraram dentre as principais formas de organização e de resistência dos trabalhadores ao processo de expansão mundial do capitalismo. Até a Comuna de Paris, em 1871, a associação foi o princípio articulador de relações sociais igualitárias, coletivistas e democráticas dos trabalhadores que se espalhou por vários países que então formavam a Europa.

Tal vertente associativista assegurava, por um lado, o caráter orgânico da instituição operária e, por outro, a efetivação de laços de solidariedade com as comunidades de interesse, das quais os trabalhadores eram também agentes ativos. Aos olhos de hoje, o princípio associativista assumia uma dupla função, que só posteriormente foram divididas: a organização para a produção dos meios de vida - especialmente através das diversas formas de cooperativismo (de produção, consumo e crédito, inicialmente¹) - e a resistência coletiva às relações sociais do capital.

Essas formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade e a fragmentação pelo coletivismo, revelavam um processo de auto-organização que era já entendido no seu duplo aspecto de meio e de fim. A autogestão das suas lutas revelava para os trabalhadores a necessidade indissociável de autogestão da produção e da vida social. Por isso a pedagogia das lutas dos trabalhadores contém sempre

¹ Sobre as cooperativas de produção e consumo do Século XIX, citemos Holyoake “O que despertará mais interesse no escritor ou no leitor não é o brilhantismo da atividade comercial, mas sim o novo e aprimorado espírito que anima esse intercâmbio comercial. O comprador e o vendedor se encontram como amigos; não há astúcia de um lado, nem suspeita do outro (...) Essas multidões de trabalhadores humildes, que anteriormente nunca sabiam quando estavam consumindo alimento de boa qualidade, que almoçavam diariamente comida adulterada, cujos sapatos estragavam antes da hora, cujos coletes eram enebados e cujas esposas usavam tecido comum impossível de lavar, agora compram nos mercados [armazéns cooperativos de Rochdale] como milionários e, no que concerne à pureza dos alimentos, vivem como senhores” (Holyoake, 1933, s/n); e Marx, em uma das vezes em que se referiu diretamente ao movimento cooperativista, citou o jornal Spectator onde este afirma que a experiência de Rochdale (Inglaterra) “mostrou que associações de trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!” (Marx, 1996, p.381).

uma dimensão organizativa, unificando os trabalhadores para a superação da exploração e do próprio assalariamento (TRAGTENBERG, 1986).

Neste período, a associação, instituição pioneira das práticas autogestionárias, era como que o princípio e o meio para a superação das relações sociais do capital, das formas de exploração e alienação dos trabalhadores no interior das unidades de produção capitalistas. Não é por acaso que a primeira organização internacional dos trabalhadores tenha sido chamada de Associação Internacional dos Trabalhadores (BRUHAT, 1952).

Desde então, a autogestão figura no horizonte da luta de classes, nas organizações e nos conflitos que ultrapassam a disciplina e a fragmentação próprias das relações sociais do capital. A associação alcançava o papel de preparar os trabalhadores para a vida coletiva, levando-os a assumir a produção das condições materiais de existência. Essa estratégia atinge um ponto culminante na Comuna de Paris (1871), quando a associação projetou-se como forma organizativa para o conjunto da sociedade, pelo menos naqueles poucos 75 dias em que se tentou “tomar o céu de assalto”. Lembremos que, para Marx, refletindo sobre a Comuna de Paris:

“Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um artilho; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo ‘realizável’?”

Nos Manuscritos de 1844, Marx vê nas associações operárias o fundamento das relações sociais de produção comunistas, prenúncio da transformação do sistema capitalista. As associações realizam a unificação da luta econômica e da luta política, de maneira que a própria forma associativa transforma-se no seu mais importante conteúdo:

“Quando os artesãos comunistas se associam, sua finalidade é inicialmente a doutrina, a propaganda, etc. Mas com isso e ao mesmo tempo apropriam-se de uma nova necessidade, a necessidade de associação, e o que parecia meio, converte-se em fim. Pode-se observar este movimento prático, em seus resultados mais brilhantes, quando se vêem reunidos os operários socialistas franceses. Já não necessitam de pretextos para reunir-se, de mediadores como o fumo, a bebida, a comida, etc. A vida em sociedade, a associação, a conversa, que por sua vez têm a sociedade como fim, lhes bastam. Entre eles, a fraternidade dos homens não é nenhuma fraseologia, mas sim uma verdade, e a nobreza da humanidade brilha nessas figuras endurecidas pelo trabalho.”(Marx, 1987, p.187).

As associações aparecem para Marx como uma prática social em que o meio é ao mesmo tempo seu fim, isto é, que ao constituírem suas associações, os trabalhadores estão projetando uma nova sociedade, fundada na solidariedade prática entre os homens. Com isso, a construção das associações pode se transformar na luta pela própria associação. Afirmar, no

entanto, que nas associações meio e fim são a mesma coisa, é diferente de estabelecer que o meio vira fim, pois aí temos a definição dos processos de burocratização, em que o meio torna-se o fim, e o fim é esquecido ou perde-se na estrutura. A associação elimina a concorrência entre os trabalhadores, unificando-os em torno dos seus interesses comuns, e os põe de acordo sobre a necessidade de enfrentar ao mesmo tempo o patronato, o regime de salariedade e o Estado como órgão separado da sociedade.

A derrota da Comuna e a diáspora operária abriram o caminho para o deslocamento ideológico e político que se verificou no seio do movimento socialista internacional. Se até então a associação dos produtores imediatos, forjada por seus próprios meios, era condição fundamental para a realização prática do socialismo, o massacre dos *comunards* abriu caminho para uma reinterpretação das tarefas prementes da classe operária, resultando na nova estratégia política processada no interior da Segunda Internacional. A auto-organização dos trabalhadores, através do princípio associativo (cooperativo) em múltiplos campos da vida social, perde terreno e rivaliza com a tese da necessidade de organização do partido da classe operária, tendo em vista a conquista do poder político (DESROCHE, 1981).

Na virada para o século XX, não eram poucas as dificuldades que o próprio desenvolvimento das estruturas e das relações sociais de produção capitalistas representava para a expansão do setor cooperativo de base operária, dada a rápida concentração de capitais, a expansão do comércio, das máquinas e das técnicas de fabrico. Tal cenário amplificava as críticas ao cooperativismo no seio do movimento operário internacional, aos seus limites no interior desse modo de produção, resultando no progressivo abandono da prática associativista no campo da produção dos meios de vida. Com o deslocamento do cooperativismo, ganham terreno as formas organizativas inspiradas pela social-democracia alemã, no plano parlamentar, e no *trade-unionismo* inglês, no campo da regulamentação das condições de trabalho (FARIA, 2005).

A despeito das implicações políticas dessa virada organizativa, os trabalhadores persistem com iniciativas autônomas de organização das suas lutas no interior das unidades produtivas. Nas conjunturas de ruptura revolucionária ou de acirramento das contradições entre as classes os trabalhadores retomam a estratégia de juntar as duas vertentes da prática associativa: resistência e produção dos meios de vida.

Diante da fuga dos patrões ou quando estes são desalojados do controle das unidades produtivas, os trabalhadores se vêem frente à necessidade de retomar a produção dos seus meios de vida por sua própria conta. Nada mais eficaz, quando isso ocorre, do que a ocupação das instalações, como aconteceu na Comuna de Paris, na Revolução Russa, na Guerra Civil

Espanhola (1936-39), na Hungria (1919 e 1956), na Thecoslovárquia etc.; durante a greve geral de 1968 na França e nas ocupações das empresas que se seguiram até 1974; no Chile, nos três anos que durou o governo Allende; em Portugal - na Revolução dos Cravos de 1974 a 1976; na Polônia (1980-1983); no *Cordobazo* argentino. No Brasil, nas comissões de fábricas no final da década de 1960 e 1970², até as atuais empresas recuperadas do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Venezuela ...³.

No Brasil, dentre aqueles que realçavam o debate sobre a autogestão e as formas autônomas de organização dos trabalhadores, merece destaque a obra de Maurício Tragtenberg, para quem a autogestão é condição essencial para a perspectiva socialista. De maneira qualificada e insistente, Tragtenberg chamou a atenção para as alternativas que não se reduziam nem às teses estatizantes da ditadura do partido, nem à democracia capitalista de mercado dos social-democratas. Seja qual for a situação, o resultado pende sempre para a burocratização das instituições de luta, originalmente autônomas, da classe trabalhadora, como as comissões de base, os sindicatos e o partido (TRAGTENBERG, 1986). Assim como para os portugueses entre 1974 e 1975, Capitalismo de Estado ou Privado não eram as únicas opções.

No centro dos constrangimentos estruturais que emergem do próprio desenvolvimento do trabalho associado no sistema capitalista, e que geralmente levam ao estreitamento do horizonte e da vida ativa dessas experiências, pode-se identificar claramente a ação de um grupo social específico, para alguns uma classe, denominada historicamente de formas variadas como gestores, burocratas, tecnocratas, “ornitorrincos” etc.

Entender como pensa e atua esse novo segmento é crucial para avaliar a corretamente os labirintos que se apresentam aos trabalhadores em luta no interior das unidades de produção. Por seu intermédio se difunde um mecanismo de encilhamento dos horizontes das empresas recuperadas nos limites do mercado, da tecnologia capitalista e do Estado, que por sua vez exigem e reforçam a necessidade a presença de uma categoria-função determinada. Nesses processos, um dos mecanismos centrais reside na identificação, sempre reducionista e apressada, da autogestão com a apropriação coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores (TRAGTENBERG, 1986; MÉSZÁROS, 2002).

² Para maiores detalhes sobre estes temas, ver Bernardo (1986) e Tragtenberg (1986).

³ Sobre as fábricas recuperadas na Argentina e no Uruguai, ver Ruggeri, Martínez e Trinchero (2005), Fajn *et al.* (2003), Novaes (2007), Vieitez e Dal Ri (2006). Para o caso Venezuelano, ver Lebowitz (2005); Azzellini (2008) e Moreno e Sanabria (2007). Para o caso brasileiro, ver também Faria (1997); Novaes (2007); Oda (2001) e; Cruz (2006), dentre outros.

Dentre suas funções no enquadramento das empresas recuperadas, os gestores operam, de forma mais ou menos consciente, a redução das formas de organização da produção, comercialização e consumo pelos trabalhadores às relações modificadas de propriedade. E que as relações de produção poderiam assim assumir características sociais, solidárias ou socialistas. Porém, sendo o controle independente da propriedade, o que tais situações propiciam é o surgimento de um novo tipo de separação entre dirigentes e dirigidos, entre os que decidem e executam. Opera-se, dessa maneira, a socialização da propriedade dos meios de produção entre os trabalhadores, mas não se efetiva a propriedade social, pertencente à comunidade ou aos trabalhadores enquanto classe.

Na história do movimento associativista, pode-se perceber que as estruturas coletivas de gestão criadas em conjunturas de acirramento das contradições sociais tendem a se desarticular ou serem assimiladas em momento de descenso das lutas e de novo ciclo de acumulação do capital. Igualmente pode ocorrer de a autogestão significar apenas a cristalização de uma “normalidade democrática” no interior das unidades produtivas, o que acaba por levar a uma separação entre os que decidem sem produzir e os que produzem sem decidir acerca dos aspectos essenciais da produção, da organização e do ritmo do processo de trabalho e da tecnologia adotada ou a ser reprojeta. No limite, isola os trabalhadores da definição sobre o processo de trabalho e a destinação do produto do seu trabalho.

Sob a égide do capital, os trabalhadores não realizam uma atividade dotada de sentido social. Eles perdem o controle do produto do seu trabalho, do processo de trabalho, de si e da civilização humana (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2002). No que se refere à perda do controle do produto do trabalho, ou aquilo que a historiografia identificou como críticas ao “socialismo de mercado” podemos nos deter, por exemplo, na obra de Mézáros (2002 e 2004), que dirige suas críticas tanto ao marxismo que associou o socialismo com a propriedade dos meios de produção quanto aqueles que passaram a “fetichizar o mercado”. Lembremos que, para Marx, *a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção*. A relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores.

Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio. E aqueles que desprezam a própria idéia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (MÉSZÁROS, 2004).

Não se pode, dessa maneira, desprezar a própria idéia de planejamento em virtude da implosão soviética, “pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados” (MÉSZÁROS, 2004). E ele prossegue:

“A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado”” (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

Neste mesma linha, Sérgio Storch afirma que a alienação, no pensamento marxista, é um fenômeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação poderá persistir, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado. Por exemplo, “eis uma crítica de tipo marxista a cooperativas de trabalho industrial isoladas: os trabalhadores proprietários, mesmo que não tenham sentimentos de alienação no trabalho, podem tornar-se impotentes perante as forças competitivas do mercado, que são as que determinam, em última instância, as chances do sucesso da empresa e a qualidade de vida de seus membros” (STORCH, 1985, p.145).

Acreditamos que a experiência das empresas recuperadas, como veremos mais a frente, representa a recuperação de um campo da luta de classes que ficou como que subestimado após a Comuna de Paris: o da produção cooperativa dos meios de vida. Nessa dimensão - que abrange a organização do processo de trabalho, os mecanismos instituídos de tomada de decisões, as formas sempre mais ou menos autoritárias de controle e gestão das unidades produtivas -, o conteúdo da autogestão revela-se essencial e sensível.

A autogestão é compreendida aqui como uma utopia, projeto de organização societária que encontra no processo de produção da vida material a chave para a superação desse modo de produção e transformação do todo social. Das empresas recuperadas, o que se espera é que elas possam levar mais longe a modificação das relações de propriedade e controle, em direção a uma alteração profunda nas relações sociais de produção. A autogestão busca ampliar as formas de democracia direta no interior da empresa, combinando-a, quando necessário, com instâncias de representação. A autogestão pretende a superação da condição

parcelizada, fragmentada e inferiorizada dos trabalhadores no interior do processo de produção das condições materiais de existência. Isto é, a autogestão significa a transcendência parcial da alienação, o que é o mesmo que dizer a supressão da exploração econômica e da opressão política. A parcelização das atividades é substituída pelo trabalho coletivo e pela rotatividade dos trabalhadores nos diferentes postos de trabalho, além da revogabilidade dos cargos, para que todos possam conhecer as etapas do processo produtivo e solidarizar-se profundamente com os companheiros de trabalho. Além disso, os trabalhadores em autogestão podem circular entre as empresas, pois ninguém deve ser condenado à execução de um tipo de atividade durante toda a vida.

Na autogestão, as diferenças salariais são abolidas ou, quando existirem, serão decididas em comum acordo pelo coletivo de trabalhadores, pois este é o único critério objetivo a justificar as diferenças de remuneração. A inferiorização dos trabalhadores será abolida pela participação de todos nas decisões sobre os assuntos que dizem respeito à empresa, inclusive sobre o que, quanto e como será produzido determinado produto. A autogestão é a utopia do futuro, pois pressupõe a construção de sujeitos autônomos. No entanto, como podemos observar no caso das empresas recuperadas, essa utopia já é realizada parcialmente no presente. A autogestão não significa a ausência de disciplina, mas a disciplina e a normas que são decididas coletivamente. Tanto as normas como os estatutos que regem as relações internas da empresa não são definidos à priori, mas são elaborados de acordo com as relações práticas que se estabelecem entre seus membros, e devem ser abertos para acompanhar a mudança nessas relações.

A autogestão pode dar origem à uma nova tecnologia, que busque favorecer ao máximo a relação direta entre os trabalhadores, que lhes permita a troca de informações e a comunicação no processo de trabalho. Em alguns casos, os meios tecnológicos existentes pode ter seus sentidos invertidos para dar azo às novas relações de produção em autogestão, coletivas e igualitárias. Por exemplo, o sistema de comunicações da empresa, até então utilizado para transmitir de cima para baixo, pode ser utilizado para permitir o envio de decisões de baixo para cima, em tempo real, no momento mesmo em que as decisões devem ser tomadas.

A autogestão pressupõe a redução ao máximo dos níveis hierárquicos, para favorecer o máximo de horizontalização das relações no interior das empresas. A autogestão pressupõe também uma empresa aberta, atuante na luta dos trabalhadores de sua época. A empresa em autogestão busca o relacionamento com outros movimentos sociais, para estreitar os laços de solidariedade entre os trabalhadores, e não mede esforços para auxiliar outros trabalhadores

de outras empresas na conquista dos meios de produção. A solidariedade dos trabalhadores autogestionários é prática, para fundar uma outra economia e modificar nas bases as estruturas da sociedade existente, de exploração econômica e opressão política.

Para concluir, lembramos que Marx, no capítulo sobre “A assim chamada acumulação primitiva”, trata do processo histórico que levou à expropriação dos produtores diretos e à conversão dos trabalhadores em proletários “livres como pássaros”, mediante a dissolução da propriedade privada baseada no trabalho e a subsequente efetivação da propriedade privada capitalista. No avanço desse processo, após a transformação das condições gerais de trabalho em capital, percebe Marx que a expropriação prossegue no seio já da própria classe capitalista, como lei imanente desse modo de produção, em que “um capitalista mata muitos outros” através da centralização dos capitais. Assim,

“Paralelamente a essa centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos se desenvolve a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante o uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade capitalista. Os expropriadores são expropriados.”(MARX, 1988, p 282-4).

Para Marx esta seção, a propriedade privada capitalista, que surge como negação da propriedade privada individual, produz, “com a inexorabilidade de um processo natural”, a sua própria negação, materializada na propriedade social baseada na organização social da produção. A propriedade social futura estrutura-se a partir do fundamento conquistado na era capitalista: “a cooperação e a propriedade comum das terras e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho”. Se essa transformação histórica da propriedade privada parcelada dos meios de produção baseada no trabalho em propriedade privada capitalista representou um processo “longo, duro e difícil”, pois tratou-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores⁴, a transformação da propriedade privada capitalista em propriedade social será, nessa prospecção de Marx, sem comparações mais curta, na medida

⁴ Sobre esse tema, recentemente retomado por alguns pensadores, dentre eles D. Harvey (2005), devemos dar destaque à acumulação primitiva, que foi retratada por este pensador social como um dos métodos de “desposseção”(neologismo) ou expropriação ensejados pelo capital, inclusive nos séculos XX e XXI. Harvey retoma as análises de Marx e Rosa Luxemburg, tentando trazer o tema para os dias de hoje.

em que “agora trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo”. O problema é saber se as empresas recuperadas são para isso um primeiro passo.

As FRs na encruzilhada: podem flores sobreviver em meio a ervas daninhas?

As experiências brasileiras no campo da Economia Solidária ganharam terreno a partir dos anos 1990, numa conjuntura defensiva dos movimentos sociais⁵. De fato, as empresas recuperadas, cooperativas e associações de trabalhadores surgiram na contramão do intenso processo de desestruturação e precarização do trabalho, cujo ritmo passou a ser ditado pela voracidade capitalista na sua vertente neoliberal, de financeirização, abertura comercial, aperto fiscal e enxugamento de certas funções sociais do Estado⁶.

Nessa conjuntura, algo que não era mais do que uma série de experiências isoladas ganha fôlego, tendo como palco as unidades produtivas em crise, especialmente as empresas familiares falidas. Surge uma perspectiva nova que apontava para a possibilidade efetiva da propriedade coletiva dos meios de produção⁷ e do controle das fábricas pelos trabalhadores. Além disso, é importante destacar, essas experiências passaram a reivindicar para si - e a assumir - o sentido do associativismo e da autogestão.

Mais precisamente, trata-se de um “novo” fenômeno social desenvolvido pela classe trabalhadora latino-americana num contexto de hegemonia do capital financeiro, onde a luta sindical tradicional por emprego com carteira assinada não encontrava mais resultados e onde o desemprego e o subemprego tornaram-se estruturais. Tais experiências conquistaram desde então significativo espaço social, inclusive a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em termos quantitativos, o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários realizado pela Secretaria Nacional, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia

⁵ Para saber mais sobre a Economia Solidária, ver Tiriba (2001), Singer (2002), Gaiger (2002) e Cruz (2006).

⁶ Prolongando as críticas dos clássicos da autogestão à “democracia no capitalismo”, não deixa de ser curioso chamar o período pós 1985 de “redemocratização”, pois aumentou a tirania da produção de mercadorias e do capital financeiro. Para o especulador financeiro Georg Soros “os mercados votam todos os dias”. Além disso, para Betinho, não há democracia num país onde as pessoas passam fome. Para Bernardo, “‘Liberdade’ é hoje a possibilidade de escolher entre um número cada vez maior de produtos equivalentes”; “‘Democracia’ é hoje a possibilidade de alimentar como o nosso trabalho, engenho e iniciativa uma elite social que se apropria dos principais frutos dessa atividade” (BERNARDO, 2000). C. Fourier, um dos socialistas utópicos, chamava as fábricas de seu tempo de “prisões brandas” para mostrar que não havia democracia no chão-de-fábrica e aqui cabe a pergunta: será que o toyotismo amenizou a exploração?

⁷ Uma questão frequentemente abordada pelos pesquisadores que se envolveram com o cooperativismo e associativismo de trabalhadores é a da propriedade privada. Para eles, o cooperativismo permitiria “reatar” o caracol (trabalhador) à sua concha (propriedade dos meios de produção). Lembremos que Marx, quando se referiu à mudança proporcionada pela manufatura, observou que: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissoluvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital (Marx, 1988 apud Antunes, 2005).

Solidária, encontrou cerca de 150 empresas recuperadas, do total de 22 mil empreendimentos já computados⁸.

Não obstante, observa-se atualmente que muitas das experiências latino-americanas no âmbito do movimento das cooperativas e das empresas recuperadas se encontram hoje envolvidas num processo de assimilação à ordem capitalista. Processo que possui suas origens tanto nos limites internos ao próprio movimento, como na necessidade de produzir para os circuitos de acumulação do mercado capitalista (inclusive para o mercado suntuoso das elites). Ou ainda, nos limites que decorrem das ações de um aparelho de Estado que, apesar de estar ocupado por governos simpáticos ao movimento, segue adotando políticas públicas (referentes ao crédito, às compras governamentais, etc) cujo ajuste desfigura a dinâmica impulsionada por aqueles empreendimentos, e que tende a submetê-los às práticas usuais do mercado que favorecem o grande capital (FARIA, DAGNINO; NOVAES, 2007).

O que se observa é um isolamento entre os empreendimentos em autogestão. E a não-constituição de encadeamentos produtivos, para frente ou para trás, que permitam a essas experiências um apartamento das relações com o mercado ou, pelo menos, um “retardamento” de sua captura pelas cadeias produtivas dominadas pelo capital. Amplifica essa tendência um quadro geral que se mantém marcado pelo avanço das forças conservadoras e das políticas de ajuste neoliberal, aplicadas vorazmente nos países periféricos, contra as quais os movimentos sociais mais não têm conseguido que impor medidas defensivas (FARIA, DAGNINO; NOVAES, 2007).

As imposições e restrições do Estado em relação à compra de produtos e à contratação de serviços das empresas recuperadas pelos trabalhadores, e o estímulo que oferece à aquisição de uma tecnologia convencional inadequada (embutida ou não em máquinas, equipamentos e insumos produtivos), prejudicam a sustentabilidade econômica dos empreendimentos solidários e a alteração da divisão do trabalho capitalista (FARIA, DAGNINO; NOVAES, 2007).

No plano técnico-administrativo interno aos empreendimentos, essas imposições dificultam a orientação autogestionária em função da tendência à sua acomodação às normas e formas usuais previstas nos manuais e reconhecidas institucionalmente. Práticas distópicas e contraproducentes (como a da elaboração de um “plano de negócio”, a utilização de técnicas toyotistas como o “envolvimento” dos trabalhadores) são frequentemente adotadas, muitas vezes com a melhor das intenções, por ONGs, assessorias técnicas e órgãos públicos.

⁸ Sobre o surgimento das FRs no Brasil, ver Cruz (2006) e Faria (2005). Para acessar os dados do Mapeamento, acessar www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp.

Na sua pesquisa sobre oito fábricas recuperadas situadas no Brasil, na Argentina e no Uruguai, Novaes (2007b) apontou algumas tendências gerais. Em primeiro lugar, constata-se que, apesar de inseridas no sistema produtor de mercadorias e tenderem por isso a reproduzir as relações de trabalho herdadas, as FRs foram capazes de realizar mudanças substantivas no processo de trabalho, principalmente nos seguintes aspectos: a) *software*, são mudanças de natureza cultural ligadas à repartição do “salário” e do excedente, isto é, “retiradas” (antigos salários) mais próximas ou igualitárias, fundos (sobras de fim de ano) igualitários ou proporcionais, adequação parcial da fábrica aos interesses dos trabalhadores (melhoria dos refeitórios, eventos culturais na fábrica, etc), apropriação do conhecimento do processo produtivo sem modificação da divisão do trabalho; b) *orgware*, apropriação do conhecimento do processo produtivo com modificação da divisão do trabalho e c) *hardware*, relacionam-se à aquisição de maquinário, às adaptações e ao repotenciamento (NOVAES, 2007b).

Ao mesmo tempo, as fábricas recuperadas observadas, embora tenham promovido processos de Adequação Sócio Técnica (AST)⁹, parecem encontrar obstáculos devido: a) à naturalização da organização do processo de trabalho pelos cooperados; b) ao fetiche da tecnologia, que leva a que se acredite que a última tecnologia é sempre a melhor e se ignore seu caráter relacional (NOVAES; DAGNINO, 2007); c) ao tempo necessário para uma transformação significativa das forças produtivas e da forma de repartição do excedente; d) aos constrangimentos impostos pelo “mercado” capitalista e; e) ao momento extremamente defensivo enfrentado pela classe trabalhadora, caracterizado pela perda de direitos trabalhistas, fragmentação das lutas e super-exploração do trabalho (NOVAES, 2007b).

Outro grande obstáculo enfrentado pelas empresas recuperadas, e que contribui na velocidade do processo de assimilação, diz respeito a conjuntura de refluxo das lutas sociais. Mais precisamente, a situação desde o início dos anos 1990 assinalou um movimento pendular nos extremos. Se durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000 as políticas neoliberais canalizavam a energia dos trabalhadores para a manutenção dos direitos anteriormente conquistados, frente a iniciativa deliberada de desestruturação do mercado de trabalho, a partir de 2004 o Brasil verificou a retomada ascendente de emprego formal e recomposição salarial, tanto no setor público como no privado. Se o primeiro momento possibilitou o aprofundamento dos processos de recuperação das empresas, o segundo

⁹ - Chamamos de Adequação Sócio-técnica o processo de desconstrução e reconstrução da tecnologia capitalista, em seus aspectos *software* (mudanças culturais, repartição do excedente, etc); *orgware* (organização do processo de trabalho); *hardware* (mudanças nas máquinas e equipamentos). Sobre isso, ver Dagnino (2008) e Novaes (2007).

estabeleceu o quadro das iniciativas, como que acomodando-as no mercado de produção e consumo em expansão.

Porém, e malgrado todos os desvios e degenerações, não resta dúvida de que a própria existência de inúmeras empresas recuperadas (pelo menos 150 no Brasil e na Argentina) representa uma conquista que deve ser preservada e acompanhada muito de perto pelos trabalhadores. Talvez possa emergir daí inspiração para avançar em direção aos setores dinâmicos do capitalismo, que até agora tem se mantido imunes às práticas da autogestão dos seus processos de trabalho. Em países em que os liberais nunca estiveram dispostos a ceder nem os anéis nem os dedos, experiências de ocupação e a posse coletiva dos meios de produção de empresas como a Usina Catende, CBCA, Conforja, Fogões Geral, Cipla, Interfibras etc não podem ser desprezadas. E é também impossível ficar indiferente após entrar numa fábrica como a antiga Botões Diamantina, hoje Cooperbotões, no cinturão industrial de Curitiba/PR, e ver os trabalhadores do chão-de-fábrica ocuparem-se eles próprios dos seus assuntos. Na sala de reuniões, uma bandeira da CUT. Ou no caso da Cipla, em que a sala de formação criada recebeu o nome de Sala Ferreirinha, antigo militante metalúrgico nascido na região. Então se pode acreditar nas possibilidades que se abrem nas empresas recuperadas.

Cabe mencionar, rapidamente, dois casos que nos parecem ilustrativos do campo das empresas recuperadas no Brasil. O primeiro é o caso da CBCA, hoje Cooperminas (Criciúma/SC), cuja luta foi iniciada em meados dos anos 80, talvez a experiência mais duradoura de empresas recuperadas. O segundo caso é o Projeto Catende, de meados da década de 1990, seguramente o maior e mais complexo processo de recuperação empresa falida existente no Brasil.

A Cooperminas surgiu do processo de falência da antiga CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, fundada em 1917 para a extração do carvão catarinense na cidade de Criciúma/SC. O processo de conquista da empresa é semelhante à quase totalidade dos casos no Brasil, mas foi um dos primeiros. Em meados de 1987, com os salários atrasados vários meses, os trabalhadores lançam-se numa luta ativa para reaver os direitos trabalhistas. A empresa encerra as atividades. Os trabalhadores mobilizam-se em defesa dos empregos, inicialmente solicitando a estatização da mina. No processo, os trabalhadores aceitam a reabertura da massa-falida tendo como síndico o próprio Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

A empresa funcionou 10 anos dessa maneira, até que em 1997 realizam um acordo com os antigos proprietários e encaminham a criação da Cooperminas¹⁰.

Queremos destacar três aspectos dessa experiência: primeiro, que os trabalhadores tiveram, durante esse tempo, que realizar lutas intensas para manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores. Numa dessas lutas, os mineiros aparecem na imprensa nacional com dinamite amarrada nas cinturas para bloquear a retirada de equipamentos da mina de beneficiamento. O segundo aspecto, diz respeito às condições de trabalho na mina. Tivemos a possibilidade de visitar o subsolo (“baixar a mina”) em 1992 e 2005. É notório o avanço que os mineiros da CBCA realizaram nas condições de trabalho, podendo-se observar melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina. O terceiro aspecto diz respeito ao mercado. A cooperativa possui, como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com compra garantida pelas usinas termoeletricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção para o longo prazo.

Já o Projeto Catende Harmonia é o maior e o mais complexo projeto de empresa recuperada em andamento no Brasil. Trata-se de uma Usina de açúcar fundada em 1892 a partir do antigo engenho Milagre da Conceição, e que compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares, abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu. A Usina passou por diversas mãos até se tornar a maior usina de açúcar da América Latina na década de 1950, quando sob controle do “Tenente”, como era conhecido o coronel Antônio Ferreira da Costa. Tenente desenvolveu a região com a construção de uma estrada de ferro para o escoamento da produção e uma hidroelétrica para assegurar a energia, além de construir a primeira destilaria de álcool anidro do país. A Usina entrou em crise no final dos anos 1980, com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A situação agravou-se em 1993, quando foram demitidos 2.300 trabalhadores dos engenhos. Esta demissão em massa deu início então a luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Os sindicatos rurais, com o apoio da Contag, CUT e CPT, ajudaram na sustentação da luta para garantir os direitos trabalhistas. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os trabalhadores assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. As dívidas da empresa somam cerca de R\$ 1,2 bilhão (o Banco do Brasil é o maior credor, com R\$ 480 milhões). O

¹⁰ - Sobre a experiência da CBCA, ver Fantin (1992).; Faria (1992)- Massa falida CBCA: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária.; e, Cooperminas: quando a luta faz a lei. Anteag. Autogestão: construindo uma nova cultura... , pp.30-39.

patrimônio é avaliado em R\$ 67 milhões, e o passivo trabalhista é de R\$ 62 milhões. Em 1998, os trabalhadores criaram a Cia. Agrícola Harmonia, uma sociedade anônima, que deverá receber o patrimônio da antiga Usina Catende. Em 2002, os agricultores criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, credores da antiga empresa e que habitam nas terras da Usina. No total, o projeto envolve, entre campo e indústria, certa de 4 mil famílias, ou 20 mil pessoas. Além dos 48 engenhos e da usina de açúcar (parque industrial), o patrimônio envolve ainda uma hidroelétrica, uma olaria, uma marcenaria, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, frota de veículos e implementos (tratores, caminhões etc), várias “casas grandes” (uma delas transformada em centro de educação). Em 7 anos de projeto, a taxa de analfabetismo baixou de 82% para 16,7%¹¹.

O Projeto Catende, pelo que já realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região do agreste pernambucano. Vale destacar, no entanto, que este projeto apresenta como diferencial, até mesmo em relação aos projetos de assentamento de reforma agrária, o fato de manter a terra e todas as instalações da Usina como propriedade social da totalidade dos participantes do projeto. Assim, no campo, articulam a agricultura familiar com a lavoura da cana em terras comuns.

Cabe assinalar, finalmente, que já se observa casos de empresas recuperadas no Brasil que deram início à reconversão da produção, buscando tecnologias sociais adequadas ao processo de autogestão. A própria Usina Catende está buscando a diversificação da produção no território, visando por fim à monocultura. Empresas metalúrgicas, como a Cooperageral, estão produzindo novos produtos, como uma mini destilaria de álcool para os assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares. Outra está construindo pequenas máquinas de biodiesel, também visando a soberania energética de comunidades rurais. Talvez sejam estes os primeiros passos para que se ultrapasse o desafio de encadear os empreendimentos econômicos solidários em um sistema econômico próprio, estruturado sob outros princípios e critérios de eficácia. Mas falta ainda muito para que se alcance o

¹¹ - Nos baseamos aqui, sobretudo, no Plano de gestão de sustentabilidade autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. Anteag (2005). E em Nascimento (2005) Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). Não podemos deixar de mencionar as similaridades, inclusive geográficas, com as Ligas Camponesas dos anos 1960. Será que os trabalhadores estão tentando renascer das cinzas, já que a ditadura de 1964 abortou esses processos?

encadeamento das empresas recuperadas em um sistema próprio e auto-suficiente, que envolva inclusive as iniciativas autogestionárias em outros países.

As Empresas Recuperadas na Argentina: algumas notas e o caso Zanón

Mesmo num ambiente hostil à produção de valores de uso, as empresas recuperadas argentinas também tentam subverter a lógica da produção de valores de troca e tentam atribuir um novo significado ao espaço de trabalho, combinando lutas de resistência ao trabalho e não mais ao “emprego”.

Os dilemas das empresas recuperadas podem ser vistos em diversas iniciativas, mas em especial em Zanón (uma fábrica de azulejos e porcelanato - Argentina), talvez o caso mais rico do país vizinho.

O plano de construir uma fábrica de azulejos e posteriormente de porcelanato em Neuquén (Província Argentina) é típico de uma história de gângster. Ela foi criada por um empresário italiano Zanón com inúmeros subsídios dos militares, do governo da província, e nos anos 1990 com financiamentos de Menem que, aliás, jamais foram pagos. Esta fábrica era considerada uma das mais modernas da América Latina.

Mas é nos anos 1990 que essa história ganha novos adjetivos, principalmente no contexto do final desta década e da eclosão da rebelião social de dezembro de 2001. Mesmo tendo inaugurado a linha de porcelanatos em 1995, com máquinas totalmente novas, a Argentina já estava dentro de uma crise, que abalaria o faturamento da empresa.

O relato dos trabalhadores sugere uma luta que deve ser olhada por um mesmo prisma, mas por ângulos distintos. A luta contra um sindicato burocratizado. A luta contra um Estado corrupto e avesso às demandas dos trabalhadores. A luta contra um patrão que se enriquecia às custas dos trabalhadores. A luta por colocar a fábrica novamente em marcha, agora sob controle operário. E a luta pelo resgate da união entre trabalhadores e estudantes, rompida pela ditadura militar¹².

O estopim que deu origem a luta foi a demissão de 600 trabalhadores em 2001. Eles queimaram a carta de demissão e saíram nas ruas para protestar. Na fala dos trabalhadores aparece como principal motivação a tentativa de “abrir e averiguar o caixa da empresa”; “recuperar postos de trabalho”, “recuperar a comissão interna” e “voltar a viver”¹³.

¹² Para maiores detalhes sobre Zanón, ver Aiziczon (2002) e Novaes (2009).

¹³ Não deixa de ser interessante o paralelo com a música do brasileiro Zeca Baleiro “Eu despedi o meu patrão desde o meu primeiro emprego, trabalho eu não quero não eu pago pelo meu sossego. Ele roubava o que eu mais-valia, eu não gosto de ladrão ...”.

O antigo patrão, não se conforma com a luta dos trabalhadores e não acredita que os mesmos podem andar sozinhos. Talvez por oposição a isso que os trabalhadores lançaram a consigna: “os trabalhadores podem produzir sem os patrões, mas os patrões não podem produzir sem os trabalhadores”.

O antigo refeitório da fábrica tinha dois pisos. Respeitando a hierarquia, os subalternos ficavam no andar de baixo e os “seres superiores” ficavam no andar de cima. A parte que era dos trabalhadores (parte menor), se tornou uma biblioteca, ainda bastante simbólica em função da utilização praticamente nula. Na parte de cima, funciona o novo refeitório. Mesmo ainda bastante figurativa, deve ser reconhecida a iniciativa de se criar uma biblioteca na fábrica. Em outras empresas recuperadas argentinas, há um espaço para aulas de bacharelado.

Há um laço comunitário com o Movimento de Trabalhadores Desocupados (MTD). Isso pode ser visto, por exemplo, que quando a fábrica começou sua luta, eram mais ou menos 220 funcionários da antiga empresa. Hoje estão com 480, sendo que mais de 90% destes vieram do MTD. Não deixa de ser curioso notar que esses trabalhadores recebem a mesma retirada (salário) que os outros, diferentemente do caso brasileiro, onde a maioria das empresas recuperadas contrata trabalhadores assalariados (CLT) e com um salário muito menor que o dos cooperados.

Pedro, o Pepe, um dos cooperados que vieram do Movimento dos Trabalhadores Desocupados (MTD), foi atingido no olho por uma bala durante uma passeata. Ele foi deslocado para o setor de imprensa. Se fosse noutra empresa, provavelmente seria despedido, ainda mais em tempos de produção enxuta. A Mãe de um jovem funcionário da fábrica, morto em 1999 num acidente de trabalho, passou a trabalhar em função dos laços comunitários, pois este jovem era a principal fonte de renda da família.

No Bairro Nova Espanha, bem próximo à Fábrica, os trabalhadores montaram um centro médico. Além disso, fizeram e fazem doações de azulejos para outros hospitais, para trabalhadores que têm suas casas incendiadas por desastres naturais, pobres da região que solicitam ajuda, etc.

Eles iniciaram uma política de contratação de mulheres. Já são trinta. O sindicato dos docentes da região (ATEN) fez uma proposta de utilização de um dos espaços da fábrica para darem aulas. Provavelmente essas começarão no ano de 2009.

A ajuda dos químicos da UBA (Universidade de Buenos Aires) para criar azulejos auto-limpantes – azulejos que tem uma película que permite que o mesmo se limpe com a luz do sol - parecem navegar na onda da produção de bens socialmente úteis, dada a sua utilidade em escolas e hospitais.

Tudo isso nos permite dizer que a fábrica está tendo um novo significado para os trabalhadores. Ao invés de lucros e exploração dos trabalhadores, a *FasinPat* Zanón aponta agora para a produção de valores de uso, vínculos comunitários (“Zanón és del pueblo”) e utilização do espaço fabril para estudo, seja deles mesmos seja de estudantes do ensino médio e fundamental (Novaes, 2008).

Se para a Economia Política existe apenas a categoria trabalho e não a de trabalhador, nas Empresas recuperadas o objetivo é, na medida do possível, facilitar ao máximo suas vidas dentro e fora do seu ambiente de trabalho, o que para nós pode ser considerado uma espécie de humanização do espaço de trabalho pelos cooperados. Apesar dos imperativos da produção de mercadorias impedirem uma maior margem de manobra para que os trabalhadores possam humanizar ainda mais o ambiente de trabalho, verificamos que há possibilidades de mudança.

Se é verdade, como aponta o lema do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER- Argentina), que toda empresa que “fecha, deve ser ocupada e colocada para produzir”, o que podem fazer os trabalhadores quando as fábricas não fecham?

A relativa diminuição de fábricas fechadas e a amenização do quadro de desemprego na América Latina se tornaram um problema para a continuidade dos movimentos de Fábricas Recuperadas, pois com o relativo crescimento da economia, como poderiam contaminar outros trabalhadores? Somente como exemplo, a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão), passou também a atuar junto a políticas de geração de trabalho e renda, via cooperativas que surgem “do zero”, mudando parcialmente sua estratégia.

Sobre as bandeiras dos movimentos argentinos, tomemos como exemplo o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT – Argentina). Este movimento tem como marca o isolamento da política e dos partidos políticos. Verificamos que o MNFRT é um movimento social que aponta fundamentalmente para a conservação do posto de trabalho e que os próprios trabalhadores administrem a fábrica. Isto serve para diferenciá-los do outro movimento de Fábricas Recuperadas. Ao contrário do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), o MNFRT afirma que não faz política, que a proposta deles serve somente para conservar postos de trabalho.

Para piorar, há problemas internos nos movimentos de Fábricas Recuperadas. No caso do MNER, por exemplo, já houve vários rachas, criações de facções, desmembramentos que vão contra qualquer unidade do movimento.

Poderíamos fazer algumas ilações que nos ajudariam a sintetizar nossos argumentos. Acreditamos então que este refluxo das FRs se deve a diversos fatores, sendo os mais

importantes: a) um contexto extremamente desfavorável, defensivo, que impede o florescimento do cooperativismo e a contaminação de outros trabalhadores tendo em vista a criação de uma sociedade para além do capital; b) o ambiente hostil - chamado “Mercado” - que estrangula o desenvolvimento das Fábricas Recuperadas (NOVAES, 2008); c) problemas internos dos movimentos de Fábricas Recuperadas (rachas, desmembramentos etc.) que vão contra qualquer unidade; d) a crise teórica da esquerda, dando origem a remendos teóricos, mesclas entre o ideário do capital com pequenas pitadas de reforma; e) se tomarmos a relação destes movimentos com o Governo, o quadro é desalentador. Parece que os governos latino-americanos de esquerda ou com base popular continuam a enxergar no cooperativismo apenas como uma forma de contenção ao desemprego em massa ou de diminuição das tensões sociais. (Novaes; Lima Filho, 2006 e Novaes, Serafim e Dagnino, 2007). Não percebem na economia solidária e na autogestão a única política anticíclica efetiva, pois eliminaria a exploração, axioma elementar do capitalismo.

No caso brasileiro, a classe trabalhadora vem sofrendo inúmeras derrotas (ANTUNES, 2007). A reforma da legislação sobre recuperação de empresas – extremamente prejudicial do ponto de vista dos trabalhadores – foi aprovada no Governo Lula. Mesmo com uma visão alternativa a este cenário, a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) carece de meios efetivos para impulsionar a constituição de um modelo alternativo de desenvolvimento baseado na cooperação, no associativismo e na autogestão.

O que se observa é que os movimentos de Fábricas Recuperadas estão longe de constituírem movimentos sociais vigorosos ou buscarem alianças mais profundas com outros movimentos sociais. Se as FRs começaram como uma espécie de *tsunami*, na atual conjuntura se transformaram numa marola, principalmente na Argentina, Brasil e Uruguai (NOVAES, 2007a)¹⁴.

Apesar deste cenário perverso para o futuro dos movimentos sociais, Lima Filho (1996) e Loureiro (2004) trazem à tona três bandeiras que poderiam servir de baliza para o nosso debate sobre um possível e já existente – ainda que de forma embrionária – casamento entre as lutas das FRs com as lutas de outras frações da classe trabalhadora: a) desmercantilização plena da sociedade (“o mundo não é uma mercadoria”), b) autogestão pelos produtores associados e c) a relação destes dois temas com a revolução política.

¹⁴ Com a crise histórica mundial que eclodiu no segundo semestre de 2008, as perguntas que havíamos elaborado para o início do século XXI (O que fazer quando as fábricas não fecham?), principalmente com a retomada do emprego formal, mudarão? Ahamos que sim, pois até mesmo colegas da Europa e dos EUA estão procurando os movimentos sociais latino-americanos, além de nós pesquisadores para “aprender” com a experiência do período.

Considerações Finais

Acreditamos que as cooperativas e associações de trabalhadores são experiências práticas de auto-organização dos trabalhadores que podem ser potencializadas numa conjuntura de transformação social que tenha em vista a transcendência do trabalho alienado. No entanto, se as cooperativas e associações de trabalhadores permanecerem isoladas de outras lutas sociais, elas ou definharão ou sobreviverão a duras penas. Elas dificilmente poderão avançar rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados.

Rosa Luxemburg dizia que as cooperativas são formas híbridas, pois guardam características das empresas convencionais e anunciam outras características, que poderíamos chamar pelo nome de socialistas. Preferimos a denominação anfíbios, uma vez que os seres híbridos não se reproduzem ou não podem florescer. Nesse sentido, as cooperativas de resistência são “anfíbios embrionários” que poderão florescer ou degenerar, em função do processo histórico no qual estão inseridas.

Esse fenômeno instigante ocorre quando os trabalhadores, na luta pelos seus interesses materiais e sociais, criam instituições novas, com sentidos antagônicos àqueles que orientam a organização do processo de trabalho e o substrato tecnológico que o impulsiona. Contrariamente ao individualismo e a fragmentação, os trabalhadores experimentam, nesses processos de luta, relações calçadas no coletivismo e na solidariedade. Desde os *canuts* lioneses que os trabalhadores recolocam a questão do ‘direito ao trabalho’, como possibilidade de serem eles próprios os organizadores do processo de trabalho segundo seus princípios coletivamente construídos.

Em que pese o caráter cada vez mais amplo que assumem as lutas pela autogestão das unidades produtivas, é recorrente a constatação de que são ainda escassas as tentativas de reorganização cognitiva dos processos de trabalho, ou que enfrentam decisivamente o componente tecnológico herdado ou existente. Nessa medida, a comunidade de pesquisa deve se sentir provocada a desenvolver, junto com os trabalhadores das experiências de empresas recuperadas, um novo substrato cognitivo alternativo e adequado ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Cabe, no entanto, a ressalva metodológica de que a observação das empresas recuperadas não comporta análises maniqueístas. Deve-se mostrar os avanços e retrocessos que ocorrem no âmbito das mesmas e se referir às formas possíveis de transformação de um mesmo fenômeno. No entanto, é preciso reconhecer que embora significativa, a transformação na forma de propriedade dos meios de produção não tem possibilitado,

frequentemente, que se avance até a superação da substância da exploração e da opressão de classe que são inerentes às relações sociais de produção capitalistas.

Tanto para as empresas recuperadas como para o conjunto de experiências de economia solidária, a questão de fundo por nós abordada é a do destino das experiências de organização coletiva e autogestionária, seja de uma fábrica, de uma cidade ou um país. Trata-se, enfim, de saber se as experiências em vigência podem constituir pontos de apoio para movimentos emancipatórios de organização da produção dos meios de vida. Se superam o trabalho alienado, se dão forma ao trabalho consciente, livre, prazeroso, se aprofundam ou radicalizam a democracia nos locais de trabalho e na sociedade.

Acreditamos que que, no âmbito das fábricas recuperadas, a transformação das condições de trabalho implica na efetivação de outras formas de organização social e política das mesmas, como fruto do próprio processo de auto-organização, como projeto de superação da alienação e caminho para a emancipação dos trabalhadores.

Observamos que, pelo menos nos casos brasileiro e argentino, as empresas recuperadas, formadas no calor da luta dos trabalhadores, prefiguram ou nos mostram elementos potenciais do que poderia ser uma forma superior de produção, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, no trabalho coletivo e associado, que reunificaria o *homo faber* ao *homo sapiens*, a possibilidade de se realizar um trabalho prazeroso, com sentido social. Além disso, elas sinalizam a necessidade de desmercantilizar a sociedade, imperativo que alcançou concretude elevada no caso da empresa argentina *Zanón*.

Ao mesmo tempo em que vemos nas empresas recuperadas brechas para a superação da auto-alienação do trabalho, da divisão social e técnica que persiste na organização da produção dos meios de vida, percebemos que esses casos isoladamente não têm conseguido superar a forma de produção de mercadoria, deixando a flor da pele as contradições e ambiguidades que são próprias dessas experiências. Desenvolvidas em um momento defensivo e de refluxo das lutas sociais, as empresas recuperadas precisam sobreviver num ambiente “hostil” - o chamado mercado, no que isso determina quanto aos critérios sociais de eficácia.

O isolamento social das empresas recuperadas implica também no isolamento da “batalha na produção”, como que aprisionados pelo aparato técnico herdado, permitindo o descolamento dos demais processos de luta social e a burocratização por parte da antiga gerência que ficou na fábrica ou os seus trabalhadores que se tornam os novos tecnocratas também contribuem para degeneração ou perda das características autogestionárias das empresas recuperadas.

No âmbito do campo denominado de Economia Solidária, do qual participam no Brasil a maioria das experiências de empresas recuperadas, o debate, sobre o que nos parece ser uma das questões fundamentais, o da sobrevivência dos empreendimentos com características autogestionárias e da constituição de encadeamentos produtivos que permitam seu fortalecimento, pouco tem avançado. Quando abordado, ele é frequentemente “encerrado” com a recomendação de que esses empreendimentos devem “modernizar-se”, incorporando as novas tecnologias capazes de torná-los “competitivos”. Quem faz recomendações dessa natureza entende que só resta às fábricas recuperadas imitar a tecnologia (incluindo aí a organização do processo de trabalho) das empresas convencionais.

Referências Bibliográficas:

- ANTEAG. *Autogestão em Avaliação* – Ibase/Anteag. São Paulo: Gráfica Yangraf, 2004.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.
- ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- AZZELINI, D. *Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas y co-autogestión en Venezuela*. Impreso, 2008.
- BERNARDO, J. “A autonomia das lutas operárias”. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (coordenadoras). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores - ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BERNARDO, J. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERTULLO, J.; SILVEIRA, M.; ISOLA, G.; CASTRO, D. *El cooperativismo en Uruguay*. Montevideo: Unidad de Estudios Cooperativos, Universidad de la República, 2003.
- BRUHAT, J. *Histoire du mouvement ouvrier français*. Tome I – Des origènes a la revolte des canuts. Paris: Éditions Sociales, 1952.
- BRUNO, L. *O que é autonomia operária?* São Paulo: Brasiliense, 1986a.
- CRUZ, A. *A diferença da igualdade*. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do mercosul. Tese (Doutorado em Economia) – Unicamp, Campinas, 2006.
- DAGNINO, R. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. *Revista Organizações & Democracia*, Unesp, Marília, v. 7, 2007.

DESROCHE, H. Pratique coopérative et parti ouvrier (1876-1879). In: _____. *Solidatirés ouvrières*. Tome I – Sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900). Paris: Les Editions Ouvrières, 1981, p. 99-123.

FAJN, G. et al. *Fábricas y empresas recuperadas – protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Insituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.

FAJN, G.; REBÓN, J. El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, v.1, n° 28, 2005.

FARIA, M. S. *Massa falida CBCA: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária*. Florianópolis, UFSC, 1992. (Monografia de conclusão de curso de graduação em Administração).

FARIA, M. S. “...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?” *Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FARIA, M. S. de. *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.

FARIA, M.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. *Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas*. Santa Catarina, Revista Katalysis, UFSC, maio-junho 2008.

GAIGER, L. “A economia solidária diante do modo de produção capitalista”. 2002. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em 10 de março de 2002.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOLZMANN, L. *Operários sem patrão. Gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

LEBOWITZ, M. A. *Constructing co-management in Venezuela: contradictions along the path*. Caracas, Unión Nacional de Trabajadores, Encuentro Nacional de trabajadores hacia la recuperación de empresas. Retirado em outubro de 2005. Pode ser obtido em <http://mrzine.monthlyreview.org/lebowitz241005.html>

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. I. Livro I. Tomo II. Cap. XXIV – A assim chamada acumulação produtiva.

MEISTER, A. Quelques aspects historiques de l'associationnisme en France. In.: _____. *Vers une sociologie des associations*. Paris: Les Editions Ouvrières, 1972. p. 49-108.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.

MOISSONNIER, M. *Les canuts: 'Vivre en travaillant ou mourir en combattant'*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1988.

MORENO, Y.; SANABRIA, W. *Las empresas en cogestión y ocupadas en Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo*. Disponível em: <<http://freteco.elmilitante.org/content/view/24/30/>>. Acesso em: jun 2007.

MURÚA, E.; ABELLI, J. *Charla en el 2º Congreso Nacional de Sociología*. Buenos Aires: UBA, outubro de 2004.

NASCIMENTO, C. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). Brasília, Senaes, abril de 2005. www.mte.senaes.gov.br

NOVAES, H. T. “De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina”. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, n. 2, p. 84 – 97, 2007a .

NOVAES, H. T. *O Fetiche da Tecnologia – a experiência das Fábricas Recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular- Fapesp, 2007b.

NOVAES, H. T. *Renascendo das Cinzas? A relação das universidades argentinas com a “fábrica sem patrões” Zanón*. Caracas, IV Encuentro de Jóvenes Investigadores, abril de 2009 (aprovado para apresentação).

ODA, N. T. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de São Paulo (USP), Escola Politécnica, São Paulo, 2001.

RUDE, F. *Les revoltes des canuts* (novembre 1831-avril 1834). Paris: François Maspero, 1982.

RUGGERI, A.; MARTÍNEZ, C.; TRINCHERO, H. *Las empresas recuperadas en Argentina*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2005.

SINGER, P. *A recente ressurreição da Economia Solidária*. In: SOUZA SANTOS, B. *Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.

STORCH, S. “Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa”. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R. M. (orgs). *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

- TIRIBA, L. *Economia Popular e Cultura do Trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.
- TRAGTENBERG, M. “Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939)”. In: VENOSA, R. (org.) *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- VIEITEZ, C.; DAL RI, N. *Trabalho associado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.